

DAS PALAVRAS À [MONITORIZ]AÇÃO

20 ANOS DA PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM NA PERSPETIVA
DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES EM PORTUGAL

25 de julho de 2015, 15h-18h

Centro Maria Alzira Lemos | Casa das Associações



PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA OS DIREITOS
DAS MULHERES



EUROPEAN WOMEN'S
LOBBY
EUROPEEN DES FEMMES





20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

59ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres (CSW59)

Reunião anual de alto nível, realizada na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, 9-20 de março de 2015

Líderes e ativistas mundiais fizeram um balanço dos avanços e dos desafios pendentes para implementar a Plataforma de Ação - o quadro de políticas mundiais mais amplo para realizar os objetivos da igualdade de género, do desenvolvimento e da paz

Delegação da PpDM: Ana Sofia Fernandes; Isabel Romão; Lígia Nobrega





20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Record de participação: mais de 1100 ONG e 8800 representantes de países



Mesas redondas ministeriais (4):

- (A) Fazer a economia funcionar para as mulheres e para as raparigas
- (B) Investir na igualdade de género e no empoderamento das mulheres
- (C) Transformar a política e a vida pública para alcançar a igualdade de género
- (D) Responsabilização para realizar a igualdade de facto para as mulheres e as raparigas



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Painéis (9):

- (1) Mecanismos nacionais para a IG: incitadores à ação e à prestação de contas, catalisadores para a mudança (O papel dos mecanismos nacionais na mudança legislativa e na prestação de contas; na realização do aumento dos recursos e na prestação de serviços; na advocacia e na consciencialização, e no aumento da participação e da liderança das mulheres)
- (2) Resultados dos eventos regionais de Pequim+20 promovidos pelas Comissões Regionais da ONU
- (3) Recursos para a IG: boas práticas e estratégias para a ação/o caminho para a frente
- (4) A responsabilidade dos homens e dos rapazes em realizar a IG
- (5) Alterar as normas sociais para alcançar a IG: expectativas e oportunidades
- (6) Construir a evidência e acompanhar os resultados: estatísticas de género e indicadores
- (7) Efetivar os direitos de mulheres e raparigas marginalizadas e em situação de desvantagem
- (8) A Comissão sobre a situação das mulheres enquanto catalisadora para o mainstreaming de género: um diálogo com as outras comissões
- (9) Gerir a transição dos ODM para os ODS: lições aprendidas para a IG a partir dos ODM e galvanização para uma mudança transformadora



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Mesa redonda ministerial A: Fazer a economia funcionar para as mulheres e para as raparigas

Obstáculos:

- Desigualdades estruturais
- Partilha desigual do trabalho doméstico e cuidados - o trabalho não remunerado suportado de forma desproporcional pelas mulheres
- Disparidades salariais entre mulheres e homens
- Sub-representação das mulheres nos altos cargos de gestão e liderança nos setores público e privado.
- Peso desproporcional das mulheres na economia informal
- Disparidades de género em termos de acesso e posse da terra recursos, tecnologia



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. A (2 de 3)

Melhorar o acesso das mulheres aos recursos, aos mercados e às oportunidades económicas:

- Leis e políticas, incluindo ações positivas
- Criar oportunidades de emprego para as mulheres no setor público
- Aumentar a participação das mulheres em sectores tradicionalmente dominados pelos homens
- Apoiar o empreendedorismo das mulheres enquanto estratégia para promover a sua emancipação económica



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. A (3 de 3)

Garantir um ambiente de política económica favorável:

- Falta de sensibilidade às questões de género no que se refere às políticas macroeconómicas e às reformas do setor público decretadas na sequência da crise económica e financeira mundial 2007 e 2008
- O empoderamento económico das mulheres requer políticas de infraestruturas sensíveis ao género
- Outras áreas:
 - orçamentos e processos de planeamento nacional sensíveis ao género
 - planos de ação nacionais para a igualdade de género
 - dados desagregados por sexo



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Mesa redonda ministerial B: Investir na igualdade de género e no empoderamento das mulheres

Importância de aumentar os investimentos na igualdade de género e no empoderamento das mulheres para colmatar as lacunas na implementação da Declaração de Pequim e Plataforma de Ação, e de investir, em particular, no contexto da agenda de desenvolvimento pós-2015



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. B (2 de 6)

Estratégias destinadas a aumentar os investimentos na IG:

- Afetação adequada e eficaz de recursos públicos à IG
- Prioridades urgentes: mainstreaming e institucionalização da IG nos processos de planeamento e orçamentação do governo
- Orçamentos sensíveis ao género a nível nacional e local
- Medidas fiscais progressistas que não discriminem as mulheres
- Reforçar a capacidade técnica das instituições governamentais para elaborar orçamentos sensíveis ao género



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. B (3 de 6)

- Maior colaboração entre os departamentos governamentais responsáveis pela IG, planeamento e finanças para permitir o planeamento eficaz, a orçamentação e a implementação das políticas de IG
- Reforço do controlo das despesas públicas
- Dados desagregados por sexo (recolha, difusão e utilização de acordo com indicadores de género globais)
- Importante papel da sociedade civil no controlo e supervisão dos programas de governo
- Partilha de boas práticas para facilitar a mudança de escala de programas e iniciativas do nível local ao nível nacional, e entre países



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. B (4 de 6)

- Cooperação para o desenvolvimento para apoiar países no cumprimento dos compromissos em matéria de IG, através da cooperação Norte-Sul, em particular APD
- Lacunas de financiamento significativas em áreas de importância crítica para as mulheres e raparigas (*empoderamento económico, violência contra as mulheres*)
- Reforçar a capacitação, assistência técnica e sistemas abrangentes para monitorizar o montante total da APD destinada à IG e ao empoderamento das mulheres, bem como atribuir fundos em sectores-chave
- Apelo a um maior apoio aos países em desenvolvimento por parte do sistema das Nações Unidas, incluindo a ONU-Mulheres. O apoio dos doadores deve ser alinhado com prioridades nacionais de desenvolvimento, planos e estratégias, enfatizando a prestação de contas dos doadores
- Papel emergente da cooperação Sul-Sul e triangular na facilitação da partilha de experiências e boas práticas



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. B (5 de 6)

- Papel do setor privado no apoio aos investimentos para a IG
- Papel das organizações da sociedade civil e necessidade do reforço da sua participação nos principais processos de tomada de decisão
- Desenvolver e implementar políticas e estratégias para colmatar as lacunas que subsistem em matéria de IG
- Mecanismos nacionais para a IG
- Necessidade de outras agências governamentais, incluindo ministérios, trabalharem em estreita colaboração com os mecanismos nacionais para realizar a IG
- Necessidade de melhor alinhamento entre as políticas de IG e estratégias nacionais para o desenvolvimento
- Alterar legislação discriminatória ou inadequada



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Prioridades para o futuro:

Cont. B (6 de 6)

- Aumentar financiamento público para reduzir o fosso entre compromissos com a IG e o empoderamento das mulheres e a sua implementação
- Aumentar a capacidade de desenvolver e implementar planos e orçamentos sensíveis ao género
- Fortalecer mecanismos de monitorização das despesas públicas e do impacto dos programas
- Cumprir os compromissos de APD por parte dos doadores e para áreas críticas
- Disponibilizar e tornar acessíveis informações sobre as ajudas atribuídas
- Garantir a continuidade de apoio técnico para a institucionalização de políticas, planos e orçamentos sensíveis ao género por parte de doadores e agências da ONU
- Criar parcerias multi-stakeholders, para lutar contra a desigualdade de género, em vista do quadro de desenvolvimento pós-2015



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Mesa redonda ministerial C: Transformar a política e a vida pública para alcançar a igualdade de género

Desafios que se colocam ao reforço da participação das mulheres na tomada de decisão

Caminhos para acelerar a implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. C (2 de 8)

- Vontade política - compromissos e declarações acompanhados de ações e mecanismos para estimular a participação e a liderança das mulheres
- Medidas temporárias especiais, incluindo as quotas, o principal mecanismo para aumentar as oportunidades políticas das mulheres
- As quotas funcionam melhor quando complementadas por outras medidas
- Financiamento das campanhas eleitorais das mulheres
- Importância da liderança e participação das mulheres noutras instituições e entidades
- Adoção de quotas por alguns Estados – mínimo de 30 % nos conselhos de administração.



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. C (3 de 8)

- Importância do papel dos partidos políticos no aumento da participação das mulheres
- Funcionamento interno dos partidos
- Alterações à constituição
- Tendência crescente para trabalhar no sentido de alcançar a paridade entre mulheres e homens



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. C (4 de 8)

- Realizar campanhas de sensibilização
- Trabalhar com homens e rapazes
- Reforçar a solidariedade entre as mulheres
- Reforçar a capacidade das mulheres para participar na política
- Importância do papel das organizações de mulheres ao nível das bases no fomento do interesse e ativismo das mulheres na política, e na responsabilização dos governos face aos seus compromissos
- Indicadores e estatísticas
- Assinar e ratificar tratados internacionais, incluindo a Convenção CEDAW
- Garantir a consagração da IG nas constituições nacionais, estratégias nacionais e planos de ação para a IG



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. C (5 de 8)

- Igual participação de mulheres e homens a todos os níveis nas instituições políticas, incluindo posições de liderança
- Estratégias para a integração das questões da IG nas instituições - mainstreaming de género, orçamentos sensíveis ao género, auditorias de género
- Instrumentos para integrar as questões da IG no trabalho das instituições - setor público e privado
- Mecanismos específicos para enraizar o mainstreaming - caucus de mulheres, comissões ou redes de pontos focais de género. Acesso a dados desagregados por sexo, análises de género e investigação
- Parcerias entre mecanismos para a IG e as organizações da sociedade civil com outras partes interessadas
- Garantir o apoio ao papel de coordenação dos mecanismos para a IG e ao seu mandato como catalisadores para a integração do género
- Ligação entre o parlamento, o governo e as organizações de mulheres
- Sucesso das organizações de mulheres na responsabilização dos governos pelas ações e compromissos para a IG
- Observatórios de género



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. C (6 de 8)

- A partilha, entre mulheres e homens, da responsabilidade pelo trabalho não remunerado
- Incentivar o trabalho remunerado das mulheres e disponibilizar instalações universais de guarda de crianças
- Promover a independência económica das mulheres, a garantia de trabalho digno e de salário igual para trabalho de igual valor
- Ter em conta o ambiente institucional em que as mulheres trabalham
- Assegurar que mulheres e homens trabalhem juntos num ambiente livre de assédio sexual e discriminação



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. C (7 de 8)

- Necessidade de uma mudança de paradigma para fazer face às atitudes que constituem obstáculos aos papéis das mulheres. Promover modelos de mulheres em funções de liderança.
- Instituições inclusivas - Garantir a participação das mulheres mais marginalizadas
- Adotar quotas para superar formas interseccionais de discriminação
- Capacitar as mulheres jovens para defender e promover a IG



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. C (8 de 8)

- Importância da Meta de Desenvolvimento Sustentável 5 “Igualdade de direitos para as mulheres” para realizar a IG e empoderar todas as mulheres e raparigas
- Necessidade de incorporar a IG em todas as metas de desenvolvimento sustentável
- Financiamento para a IG para garantir a implementação das Metas de Desenvolvimento Sustentável e, desse modo, a participação plena e igualitária das mulheres em todas as áreas e a todos os níveis
- Sublinhado o papel fundamental da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres)



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Mesa redonda ministerial D: Responsabilização para realizar a igualdade de facto para as mulheres e as raparigas

- Mecanismos e instituições nacionais de prestação de contas eficazes
- Mecanismos nacionais para a IG e instituições nacionais de direitos humanos têm importante papel na monitorização e supervisão das responsabilidades intersectoriais
- Os organismos reguladores independentes empoderam as mulheres no sentido de reivindicar os seus direitos humanos e de obter uma reparação por violações desses direitos
- As instituições e os mecanismos para a promoção da IG devem ser dotadas dos recursos financeiros e humanos
- Papel crucial da sociedade civil, incluindo as organizações de direitos das mulheres, na responsabilização dos governos em matéria de IG, e de progresso dos direitos humanos das mulheres



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. D (2 de 5)

- Recurso à Plataforma de Ação de Pequim e aos tratados e mecanismos internacionais de direitos humanos para influenciar a conceção de leis, políticas e programas
- A apresentação de relatórios aos órgãos dos tratados internacionais, reforçam a responsabilização do governo para com a IG - como o Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres e processos internacionais, tais como a revisão periódica universal do Conselho dos Direitos Humanos
- Relatórios sombra da sociedade civil, os debates públicos sobre os relatórios dos Estados Partes, são aspetos essenciais desses mecanismos de responsabilização



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. D (3 de 5)

Leis, políticas e monitorização são elementos centrais da prestação de contas:

- Planos de ação nacionais para a IG
- Maior coordenação entre mecanismos para a IG e os órgãos executivos, legislativos e judiciais
- Papel dos parlamentos na responsabilização dos ministérios
- Papel do poder local na implementação de planos de ação nacionais e na responsabilização pela IG
- Controlar o uso das dotações orçamentais numa perspetiva de género
- Papel dos organismos financeiros de supervisão encarregados de monitorizar os gastos do governo, em função dos planos de ação e compromissos para a IG
- Orçamentos sensíveis ao género nos ciclos orçamentais nacionais



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. D (4 de 5)

- Progressos na reforma dos quadros legais e políticos no sentido da IG
- Importância da apresentação de relatórios e da avaliação do impacto das leis, políticas e programas enquanto instrumentos de promoção da responsabilização a nível nacional, regional e internacional pela realização da IG e dos direitos humanos de mulheres e raparigas
- A realização de análises e avaliações permite a identificação de problemas e efetuar ajustamentos a fim de garantir resultados e benefícios para todas as mulheres e raparigas
- Para monitorizar o progresso de uma forma eficaz são essenciais dados de elevada qualidade e a sua recolha deve ser uma prioridade





20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. D (5 de 5)

- Garantir e aumentar a responsabilização do setor privado em matéria de IG
- Acompanhar o impacto do setor privado sobre a IG e o gozo pelas mulheres dos seus direitos humanos
- Envolver os homens nos esforços para aumentar o número de mulheres em posições de liderança no setor privado
- Importância do papel dos parlamentos no aumento da responsabilização do setor privado



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Painel 1: Mecanismos nacionais para a igualdade de género: incitadores à ação e à prestação de contas, catalisadores para a mudança

- Mecanismos nacionais para a IG principais motores para a realização da IG e decisivos para a implementação da Plataforma de Ação de Pequim, no contexto da agenda de desenvolvimento pós-2015
- 20 anos: criação ou reforço de uma variada gama de mecanismos para a IG, no contexto nacional específico, que incluem, além de uma unidade central dentro do Governo ao mais alto nível, pontos focais e grupos de trabalho nos ministérios sectoriais; instituições de prestação de contas, como ombuds, gabinetes de monitorização e observatórios sobre as questões de género, e conselhos consultivos
- Mecanismos do Poder Legislativo, e.g grupos parlamentares de mulheres, comissões que se concentram sobre as questões da IG. Incluem ainda redes e ligações de organizações de mulheres
- Vínculos com mecanismos de monitorização regionais e globais



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 1 (2 de 7)

Promover a mudança legislativa e a responsabilização pela IG:

- Forte relação estabelecida entre os mecanismos governamentais para a IG e órgãos parlamentares, como os caucus de mulheres para garantir a aprovação de legislação sobre uma vasta gama de questões, incluindo a saúde materna, direito da família e violência contra as mulheres
- Uma estratégia útil para assegurar a aprovação dessa legislação é o trabalho em conjunto das deputadas de vários partidos políticos
- Foi recomendada a avaliação, por um mecanismo parlamentar dedicado, de toda a legislação segundo uma perspetiva de género
- Mais um exemplo de boas práticas foi a criação de uma comissão de coordenação interministerial para acompanhar os progressos na realização da IG
- Em contextos de pós-conflito e reconstrução, a preparação de um plano de ação nacional e de um quadro de implementação para a Resolução CS1325 poderia contribuir para uma maior responsabilização no que se refere à IG



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 1 (3 de 7)

- Instrumentos para aumentar a responsabilização incluem: a criação de um avaliador nacional independente para controlar o respeito pela IG pelos órgãos públicos a todos os níveis; a criação de um fórum de diálogo e consulta nacional, e a colaboração entre o governo local, o sector privado e as organizações da sociedade civil
- Estabelecimento de parcerias, pelos mecanismos governamentais, com organizações da sociedade civil com vista a monitorizar a implementação da estratégia de integração da dimensão de género e das ações para a igualdade de género e o empoderamento das mulheres
- O Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres é um importante mecanismo de responsabilização global, particularmente na sua capacidade de trabalhar com os mecanismos nacionais para a IG e de apresentar recomendações para reforçar o cumprimento das obrigações decorrentes do tratado



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont.1 (4 de 7)

Aumentar os recursos e melhorar a prestação de serviços:

- Educação universal e cuidados de saúde gratuitos requisitos fundamentais para alcançar a IG
- Prestação de serviços sensíveis ao género
- Conjugação de políticas e orçamentos sensíveis ao género - uma das formas mais eficazes para integrar a dimensão de género no trabalho de todas as instituições públicas e para a prestação adequada de serviços a mulheres e meninas
- Quotas e metas
- Estatísticas, dados e indicadores sensíveis ao género (mobilizar e melhorar os recursos afetos à IG; demonstrar os benefícios da IG para a sociedade; influenciar a tomada de decisão)
- Acompanhamento e uma avaliação eficazes
- Mecanismos nacionais para a IG com papel de liderança na promoção da monitorização e avaliação
- 'watchdogs': observatórios nacionais de género e plataformas da sociedade civil atuam como 'vigilantes'



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 1 (5 de 7)

- Preocupação com os desafios contínuos decorrentes do sub-financiamento do trabalho para a IG e a sua fraca prioridade no governo e nas agendas públicas
- Valor da colaboração e da coligação entre os mecanismos governamentais para a IG, aos vários níveis, e a sociedade civil para contrariar essas tendências
- Envolvimento da sociedade civil garante maior transparência e responsabilização, e contribuiu para uma melhor prestação de serviços às mulheres e raparigas
- Necessária vontade política para garantir um financiamento crescente e a longo prazo para a IG e a melhoria e consistência da prestação dos serviços para a IG
- A melhoria da prestação de serviços beneficia de uma abordagem colaborativa e holística, que envolve governo e a sociedade civil
- Papel fundamental dos mecanismos nacionais na promoção destas alianças e na defesa do respeito dos compromissos pelo Governo



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 1 (6 de 7)

Defender sensibilizar e melhorar a participação das mulheres:

- Capacidade dos mecanismos nacionais construírem parcerias e se envolverem em processos de colaboração, a todos os níveis do governo, para a promoção da IG é fundamental
- Parcerias fundamentais para fortalecer a colaboração entre ministérios responsáveis pelas questões das mulheres/IG e outras áreas do governo, para institucionalizar a integração da dimensão de género e para o progresso da IG
- Necessários quadros institucionais para promover a colaboração e implementar a integração da dimensão de género em todos os níveis do governo - nacional, provincial e local
- Muitos mecanismos nacionais realizarem capacitação, sensibilização e esforços de advocacia para superar as barreiras estruturais e obstáculos institucionais para alcançar a IG e o empoderamento das mulheres



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 1 (7 de 7)

- Medidas tomadas pelos mecanismos nacionais para assegurar a participação plena e igualitária das mulheres nos órgãos de tomada de decisão e de apoio à participação política das mulheres aos níveis local e nacional
- Medidas especiais temporárias, (quotas, reformas constitucionais e legais) para garantir o acesso igualitário das mulheres e sua plena participação nas instituições políticas e órgãos de decisão
- Formação para as mulheres na política
- Importância do papel das organizações internacionais no apoio aos mecanismos nacionais para a igualdade de género, (capacidade de monitorização e prestação de contas, assistência técnica e apoio a campanhas de defesa *advocacy* para assegurar a realização dos compromissos em matéria de IG)



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Painel 2: Resultados dos eventos regionais de Pequim+20 promovidos pelas Comissões Regionais da ONU

A região económica para a Europa da ONU realizou o processo de revisão a 6-7 de Novembro de 2014 em Genebra, tendo enfatizado:

- Necessidade de igualdade de género para ter sociedades inclusivas e sustentáveis com enfoque específico na eliminação das disparidades de género através de políticas económicas e sociais
- Prevenção e eliminação da violência contra as mulheres e as raparigas
- Governação
- Justiça



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 2 (2 de 5)

Progressos:

- Em todas as 5 regiões da ONU a IG, o empoderamento das mulheres e os direitos humanos das mulheres e raparigas são cada vez reconhecidas como questões-chave
- Participação política das mulheres tem aumentado
- O acesso das meninas, raparigas e mulheres à educação tem aumentado: nalguns países foi atingida a paridade de género na educação
- Taxa de mortalidade materna diminuiu e a esperança de vida das mulheres continua em tendência ascendente em muitas regiões



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 2 (3 de 5)

Lacunas e desafios:

- Lacunas entre a legislação existente e sua efetivação na maioria das áreas da Plataforma
- Maior vontade política
- Segregação no mercado de trabalho
- Disparidade salarial
- Disparidades no acesso à terra, ao crédito, aos serviços financeiros e a outros recursos produtivos
- Violência contra mulheres e meninas e a punição insuficiente dos agressores em geral, e com particular acuidade em situações de conflito e deslocação territorial
- Acompanhamento e avaliação das políticas insuficientes (faltam estatísticas desagregadas por sexo, idade, escolaridade, rendimentos etc.)



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 2 (4 de 5)

Lacunas e desafios:

- Empoderamento económico das mulheres necessário – ênfase nas necessidades das mulheres jovens
- Aumento das taxas de depressão e transtornos mentais entre as mulheres
- Necessidade de acesso à saúde sexual e reprodutiva;
- Casamento forçado infantil;
- Transformação das normas e estereótipos de género; situação de grupos específicos como mulheres com deficiência e migrantes requerendo atenção redobrada
- Conflitos, ocupação estrangeira, emergência de extremismo violento constituem sérios obstáculos ao desenvolvimento, à IG e ao empoderamento das mulheres; necessários mais esforços para envolver as mulheres na construção da Paz
- Combater os estereótipos de género, normas discriminatórias, práticas e atitudes



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 2 (5 de 5)

Lacunas e desafios:

- Mecanismos nacionais para a IG de importância vital para traduzir a vontade política em medidas concretas
- Integração sistemática da perspectiva de género necessária, exigindo esforços de capacitação e a institucionalização da orçamentação sensível ao género
- Papel importante de uma sociedade civil forte e a participação de grupos de mulheres e feministas e dos meios de comunicação na promoção da IG, empoderamento das mulheres e direitos humanos das mulheres e raparigas
- Envolvimento dos homens e dos rapazes
- IG ser posicionada no cerne da elaboração da agenda de desenvolvimento pós-2015. Forte apoio pela existência de um objetivo independente sobre a IG e o empoderamento das mulheres, bem como necessidade da perspectiva de género estar em todos os objetivos e metas no quadro de desenvolvimento pós-2015



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Painel 3: Recursos para a igualdade de género: boas práticas e estratégias para a ação/o caminho adiante

- Discussão focada nas atuais lacunas de financiamento e em como resolvê-las, assim como nos mecanismos eficazes de acompanhamento e prestação de contas, novas parcerias e formas de financiamento inovadoras para alcançar os compromissos com a IG
- Mobilização de recursos domésticos – particularmente rendimentos de impostos
- Recursos alocados de forma eficaz
- Envolvimento do Ministério das Finanças fundamental para assegurar que há financiamentos alocados para a IG e que a política fiscal não contraria os objectivos da IG
- Galvanizar a vontade política na construção da vontade nacional e responsabilização para alcançar a IG



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont.3 (2 de 8)

- Alcançar a IG requer uma abordagem multissetorial e o alinhamento das políticas públicas com os standards de direitos humanos
- Políticas fiscais mais eficazes que aumentem o financiamento para a IG e abordagem das barreiras sistémicas estruturais, incluindo as relações sociais desiguais entre mulheres e homens e as práticas discriminatórias contra as mulheres e as raparigas na economia e na sociedade
- Reformas legislativas sensíveis ao género para criar ambientes promotores da institucionalização das prioridades da IG nas políticas e orçamento de Estado
- Lacunas nas infraestruturas e serviços sociais, incluindo educação, saúde, água, saneamento, estradas e eletricidade – acuidade maior em territórios em conflito



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont.3 (3 de 8)

- Apelo ao aumento do investimento em serviços para as mulheres de grupos mais vulneráveis, particularmente de minorias étnicas, mulheres portadoras de deficiência e mulheres mais velhas
- Preocupação com o crítico subfinanciamento dos mecanismos para a IG e apelo a recursos adicionais para a sua capacitação, aumento da eficácia e influência na formulação de decisões relativamente às políticas nacionais
- Importância da APD para alcançar os compromissos da IG nos PVD, particularmente nos PMA
- Doadores cumprirem metas da APD e complementar com assistência técnica e apoio à capacitação local; apoio alinhado com prioridades nacionais de desenvolvimento
- Parcerias de desenvolvimento variáveis Sul-Sul e triangular



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont.3 (4 de 8)

- Papel dos atores privados no financiamento para o desenvolvimento e para a IG (e.g. programas para mulheres rurais; bolsas de estudo)
- Face à importância crescente do papel dos atores privados, bem como das parcerias público-privadas no financiamento para a IG, há uma necessidade de implementar mecanismos de prestação de contas por forma a assegurar que estes esforços não contribuem para perpetuar a desigualdade de género
- Preocupação com a evasão fiscal e suas consequências na redução dos rendimentos disponíveis para o desenvolvimento
- Em contextos de conflito e pós-conflito e escassez de recursos para a IG, explorar a utilização da ajuda humanitária e o financiamento para a IG para benefício das mulheres e das raparigas



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont.3 (5 de 8)

- Necessidade de melhoria da informação quantitativa e mecanismos de acompanhamento por forma a assegurar a transparência e a prestação de contas no que respeita aos compromissos para com a IG e o empoderamento das mulheres
- Tornar os orçamentos mais transparentes e identificar as alocações para a IG na despesa pública e na APD
- Papel da sociedade civil com vista a assegurar que os recursos são alocados e gastos de forma transparente e com uma maior prestação de contas



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont.3 (6 de 8)

- Falta de financiamento, crítico subfinanciamento das organizações da sociedade civil, particularmente das organizações de mulheres
- As organizações de mulheres necessitam de maior investimento financeiro a todos os níveis, incluindo as organizações no terreno, assim como de uma capacidade aumentada no planeamento e orçamentação ao nível local e nacional
- Foram também feitos apelos aos doadores no sentido de aumentarem o financiamento para as organizações de mulheres e aumentarem o investimento nas mulheres



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont.3 (7 de 8)

- Apelo a uma abordagem abrangente que mobilize o máximo de recursos para a IG através de todas as medidas de política ao nível nacional e em todos os países. Incluir a reorientação das políticas macroeconómicas que aumentem o espaço fiscal, assim como esforços para alargar a base fiscal, melhorar o respeito pelos impostos, e abordar as disparidades de género implícitas ou explícitas nos sistemas fiscais
- Os recursos decorrentes do sistema fiscal devem ser usados para fazer avançar a IG e os direitos das mulheres
- Implementar orçamentos sensíveis ao género e reforçar os mecanismos de prestação de contas asseguraria um financiamento mais eficiente, transparente e eficaz



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont.3 (8 de 8)

- Doadores cumprirem as metas da APD, assegurar um enfoque em sectores em que os investimentos na IG são inadequados e.g. as mulheres, paz e segurança, empoderamento económico das mulheres, saúde sexual e reprodutiva e direitos reprodutivos, e violência contra as mulheres e as crianças
- Os atores privados, incluindo o sector privado, alinharem o financiamento para a IG com as estratégias de desenvolvimento nacionais, e em linha com as obrigações decorrentes dos Direitos Humanos
- Envolver as organizações da sociedade civil em todos os aspetos do financiamento
- Mecanismos de acompanhamento mais robustos



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Painel 4: A responsabilidade dos homens e dos rapazes em realizar a IG

- Crescente atenção e compreensão da importância de envolver homens e rapazes na IG, e crescente atenção a esta questão nas instâncias intergovernamentais
- Necessidade de fomentar e de dar uma maior dimensão às iniciativas desenvolvidas e implementadas até agora, para reforçar o seu impacto
- O desenvolvimento sustentável implica transformação das relações de poder desiguais entre mulheres e homens
- A IG tem um efeito positivo sobre os homens como indivíduos, contribuindo para o abandono de comportamentos de risco associados às masculinidades, e ao abandono de estereótipos ligados à dominação, dureza e violência
- Necessidade de ação e apoio aos "futuros homens", já que a pressão e expectativas sociais precisam ser aliviadas através do apoio dos pares



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 4 (2 de 5)

- Construções sociais de género e estereótipos decorrentes devem ser questionados e transformados em casa, na comunidade, em instituições locais e nacionais
- Socialização precoce de meninos e meninas tem um importante papel na formação da identidade e na transformação das relações de género
- Papel da educação em casa, nas escolas e em lugares onde as crianças são socializadas é fundamental para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos não discriminatórios
- Educação sexual abrangente e de qualidade deve tornar-se parte integrante dos currículos formal e informal
- Papel dos meios de comunicação, das instituições desportivas e de educação na construção de mudanças culturais
- Papel cada vez mais complexo dos meios de comunicação e dos media sociais na criação de culturas de igualdade especificamente de jovens e facilitadoras do acesso das mulheres e jovens a serviços e oportunidades requerem maior investimento e atenção



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 4 (3 de 5)

- Papel importante do sector privado na mudança de códigos de conduta nos locais de trabalho e na promoção da liderança das mulheres mediante a transformação dos valores e da cultura da empresa
- O envolvimento de líderes religiosos enquanto promotores ativos da mudança transformadora
- A sociedade civil, incluindo os movimentos fortes e coesos da sociedade civil, pode promover a transformação e mudança cultural
- Importância dos dados para a compreensão dos papéis de género dos homens e das mulheres e para a superação dos obstáculos à mudança



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 4 (4 de 5)

- Necessidade de expandir e ampliar as iniciativas para envolver homens e rapazes, e de integrá-las no trabalho existente sobre IG
- O investimento nos homens e rapazes não deve ser feito em detrimento dos recursos atribuídos às organizações de mulheres, aos programas de empoderamento das mulheres ou aos mecanismos para a IG
- Necessidade de recursos adicionais para implementar políticas e estratégias específicas que incidam sobre a responsabilidade dos homens e rapazes na realização da IG
- Necessário financiamento para efetuar abordagens mais abrangentes do envolvimento de homens e rapazes e para complementar e reforçar os sistemas e instrumentos já existentes para realizar a IG



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 4 (6 de 5)

- Apelo à integração da IG, como objetivo independente, na agenda de desenvolvimento pós-2015, bem como em todos os outros objetivos e metas
- A inclusão de indicadores sobre a responsabilidade dos homens na realização da IG nos objetivos de desenvolvimento sustentável enviaria um sinal importante, fortaleceria a prestação de contas e contribuiria para a transformação das relações de género desiguais
- Apelo a um maior investimento na igualdade de género e empoderamento das mulheres e a uma inclusão mais expressiva dos programas para a igualdade de género nos quadros já existentes de financiamento para o desenvolvimento



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Painel 5: Alterar as normas sociais para realizar a igualdade de género: expectativas e oportunidades

- Normas sociais e estereótipos de género presentes nas interações sociais, bem como nas instituições formais e informais, constituem sérios impedimentos à IG
- Normas sociais e estereótipos manifestam-se na forma como mulheres e homens são retratados nos meios de comunicação; são considerados nos sistemas educativos e nos currículos; e são objetos de leis e políticas e sua respetiva implementação
- Normas sociais e estereótipos estão interligados com outros fatores socioeconómicos, como a pobreza, raça, etnia, deficiência e inclusão social, que reforçam a desigualdade de género e a discriminação
- Todas/os têm um papel a desempenhar na alteração das normas sociais, incluindo homens e rapazes, mulheres e raparigas, líderes religiosos e comunitários, setores público e privado, organizações da sociedade civil



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 5 (2 de 4)

- Recurso a modelos “role models” como agentes de mudança
- Recurso a ações de sensibilização, formação e acompanhamento
- Sistemas educativos, formais e informais, sensíveis ao género
- Reformar o sistema de ensino em todos os aspetos, incluindo o desenvolvimento de currículos sensíveis ao género, a formação de docentes, bem como o envolvimento ativo dos pais
- Importância de as crianças conhecerem os seus direitos desde tenra idade
- Importância do papel dos pais como agentes de mudança
- Papel da comunicação social e da publicidade na formação das perceções das pessoas, das normas sociais e dos estereótipos de género –
Reforço ou questionamento das normas e dos estereótipos



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 5 (3 de 4)

- Anúncios e campanhas publicitárias do serviço público podem ajudar a sensibilizar para os estereótipos veiculados
- As TIC, incluindo a internet e médias sociais, podem ser meios poderosos para a reivindicação dos seus direitos pelas mulheres, para eliminar as normas discriminatórias, e para quebrar o silêncio e o medo da violência e da discriminação, para a obtenção de informação e a criação de redes
- As tecnologias são também veículos de novos meios de controlo, de vigilância e exploração, e de novos tipos de normas e estereótipos discriminatórios, bem como da violência online



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 5 (4 de 4)

- Obstáculos enfrentados por muitas mulheres no acesso à internet, especialmente nas áreas rurais
- Necessário investir em grande escala, nomeadamente através da formação para garantir a literacia digital, para assegurar que as mulheres e raparigas beneficiam plenamente e potenciam as informações online, o conhecimento, as redes e as oportunidades de aprendizagem
- Necessidade de monitorização e avaliação robusta das leis e políticas, da recolha sistemática e análise de dados desagregados por sexo
- Apelo aos Estados e às agências das Nações Unidas para reforçar a partilha de informação, experiências, lições aprendidas e boas práticas entre os países e regiões
- Em especial a partilha pela ONU-Mulheres de boas práticas e análises sobre a eficácia das medidas destinadas a alterar as normas sociais e a contrariar os estereótipos de género



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Painel 6: Construir a evidência e acompanhar os resultados: estatísticas de género e indicadores

- As estatísticas de género enquanto prioridade para acelerar a implementação da IG
- Aumentar os esforços para institucionalizar as estatísticas de género
- Inovação na recolha, produção e disseminação de estatísticas de género
- Lacunas e desafios nas estatísticas de género
- Prioridades para desenvolver estatísticas e indicadores de género



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Painel 7: Efetivar os direitos de mulheres e raparigas marginalizadas e em situação de desvantagem

- Reafirmação dos direitos das populações marginalizadas e mais vulneráveis a todos os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais inscritos nos Tratados Internacionais e leis nacionais
- Mulheres e raparigas são um grupo heterogéneo cujas necessidades abrangentes devem ser tidas em consideração no desenvolvimento, e as suas diferentes origens e características consideradas uma vantagem: Mulheres portadoras de deficiência, indígenas, minorias e migrantes, lésbicas, bissexuais, transgénero e intersexo, migrantes, requerentes de asilo, deslocadas nos territórios, mulheres com HIV, mulheres jovens, mulheres solteiras, mulheres mais velhas, viúvas e mulheres rurais



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont.7 (2 de 4)

- As considerações relativas à interseccionalidade - as formas de discriminação e desigualdade múltiplas que as mulheres e raparigas de grupos marginalizados e mais vulneráveis enfrentam devido ao seu sexo cumulativamente à sua pertença a um grupo vulnerável ou excluído - serem consideradas no desenho, implementação e acompanhamento de políticas e programas
- Orçamentos sensíveis ao género devem incluir estes grupos de mulheres
- Preocupação em desenvolver medidas direccionadas às raparigas e mulheres portadoras de deficiência e contra a violência como prioridade
- Intersecção das vulnerabilidades relacionadas com a vivência em territórios remotos ou zonas rurais e o impacto das alterações climáticas
- Programas de empoderamento económico direccionados a estes grupos de mulheres, acesso à saúde e à educação



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont.7 (3 de 4)

- Apoio às organizações de mulheres e grupos de autoajuda que fomentem, também, a sua participação política, nomeadamente nas estruturas de governação local
- Abordar as desigualdades de género e as desiguais relações de poder que promovem a disseminação do HIV; preocupação com a violação dos direitos sexuais e reprodutivos destas mulheres, designadamente a esterilização forçada e necessidade de fomentar programas específicos direccionados
- Preocupação com o respeito dos direitos e saúde sexual e reprodutiva de todos os grupos de mulheres ao longo do ciclo de vida
- Desafios específicos enfrentados pelas mulheres oriundas de minorias étnicas, designadamente mulheres Roma devido a práticas culturais: casamento precoce; abandono escolar; jovens cuidando de irmãs/irmãos; violência; isolamento do centro das cidades



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont.7 (4 de 4)

- Apesar dos avanços na legislação e das políticas, permanecem lacunas na abordagem das necessidades específicas das mulheres e raparigas marginalizadas e mais vulneráveis
- Necessárias políticas intersectoriais e parcerias entre governos, instituições internacionais e organizações da sociedade civil
- Governos e organizações internacionais devem alocar recursos específicos para estas raparigas e mulheres
- Importância da recolha de dados desagregados por múltiplas variáveis que facilitem a compreensão da complexidade das formas interseccionais de discriminação e que permitam formular respostas às necessidades
- Uma estratégia transformadora tem que incluir o ativismo, o envolvimento e participação destas mulheres e das suas organizações
- Necessárias abordagens *top down* e *bottom up*



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Painel 8: A Comissão sobre o estatuto das mulheres enquanto catalisadora para o mainstreaming de género: um diálogo com as outras comissões

Não abordado para o objetivo desta reunião



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Painel 9: Gerir a transição dos ODM para os ODS: lições aprendidas para a igualdade de género a partir dos ODM e galvanização para uma mudança transformadora

- A igualdade de género enquanto prioridade central para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- Acompanhamento reforçado e prioridade aos mecanismos de prestação de contas
- Necessidade de investimentos ao nível da ambição da agenda futura
- Necessidade de um ambiente propício para a igualdade de género



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 9 (2 de 5)

- Aprender a implementação dos ODM para assegurar que os ODS funcionam para as mulheres e raparigas
- A igualdade de género, o empoderamento das mulheres e os direitos humanos das mulheres e raparigas enquanto prioridade central para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – SDG5 “Alcançar a IG e o empoderamento para todas as mulheres e raparigas
- Para alcançar um desenvolvimento sustentável e realizar os Direitos Humanos de todas as pessoas, as desigualdades de género devem ser abordadas nas 3 dimensões: económica, social e ambiental e realizado o mainstreaming de género em todos os objetivos, metas e indicadores
- Necessidade de investimentos ao nível da ambição da agenda futura
- Olhar para além das médias nacionais por forma a assegurar a monitorização no que respeita às mulheres e raparigas que experienciam formas de discriminação múltiplas e interseccionais



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 9 (3 de 5)

- Importância do alinhamento com CEDAW e Plataforma de Ação de Pequim
- Mecanismos de acompanhamento e prestação de contas mais robustos para assegurar que os compromissos globais sobre as mulheres e raparigas são realizados no contexto pós-2015 e.g. revisão pelos Parlamentos, grupos interministeriais, órgãos e mecanismos como o Comité CEDAW e Revisão Periódica Universal serem utilizados
- Dados desagregados por sexo, estatísticas de género e desagregação de dados por outros fatores são necessários para permitir o acompanhamento, nomeadamente dos grupos de mulheres e raparigas mais marginalizados
- Papel vital das organizações de mulheres na monitorização, sendo necessário aumentar o espaço, recursos e apoio para estas organizações



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 9 (4 de 5)

- Faltaram recursos para fazer os ODM funcionar para as mulheres e raparigas, nomeadamente para a implementação das leis, políticas e planos nacionais de ação para a igualdade de género, pelo que é urgente canalizar financiamentos para os ODS, com mobilização de recursos internos, aumento da APD, cooperação Sul-Sul
- Necessário alinhamento entre políticas macroeconómicas, IG e resultados do desenvolvimento sustentável. Usar as políticas fiscais para aumentar financiamentos para a IG, fazer orçamentos e planeamento sensível ao género enquanto estratégia para monitorizar os investimentos na IG e assegurar a transparência
- Necessidade de criar um ambiente propício à IG para fazer os ODS funcionarem para as mulheres e raparigas. A crise de 2007/2008 teve impactos negativos nos ODM – necessária arquitetura mundial de comércio internacional e financiamento mais justa



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Cont. 9 (5 de 5)

- Necessária perspetiva de género nos compromissos futuros sobre parceria global, transferência de tecnologia e capacitação
- Desafios das alterações climáticas particularmente para os grupos de mulheres e raparigas mais vulneráveis e importância de o novo acordo mundial sobre o clima (2015) integrar a igualdade de género e assegurar que as 3 dimensões do desenvolvimento sustentável – económica, social e ambiental, na implementação dos ODS são uma prioridade
- Alinhamento dos ODS com os compromissos globais sobre mulheres, paz e segurança designadamente decorrentes da Resolução 1325 particularmente para as mulheres e raparigas de zonas afetadas por conflitos.



20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)





20 ANOS DA PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 1995-2015. PORTUGAL EM ANÁLISE PELA PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM)

Obrigada!

Ana Sofia Fernandes & Isabel Romão

EOS – Associação de Estudos, Cooperação e Desenvolvimento

25 julho 2015